

Cidadania na universidade: o debate através de representações sociais, segundo local de moradia e preferência política

Citizenship at the university: the debate through social representations,
according to the place of dwelling and political preference

Edson A. de SOUZA FILHO¹
Fernanda INSFRÁN²
Ana Paula MAGALHÃES³
Daise ROSAS⁴

Resumo

Observamos representações sociais a respeito de cidadania, enfocando seu papel na Educação. Foram 321 participantes, vinculados a uma universidade pública. Perguntamos o que é cidadania, preferência política/partidária, vínculo com a universidade e local de moradia. Emergiram três conjuntos temáticos: sujeito-cidadão, ação-cidadã e ação-cidadã-visando-metas. O sujeito-cidadão foi menos representado como entidade-civil-organizada (sindicato/movimento social), instituição partidária ou indivíduo. As formas de ação-cidadã mais frequentemente indicadas foram *participar, cumprir deveres/controlar, interação indivíduo e sociedade*. Os temas sobre ação-cidadã-visando-metas mais observados foram *direitos e deveres, direito à sociedade igualitária, liberdade/reconhecimento social, direito à educação, direito à saúde*. Os resultados foram discutidos em termos sócio-históricos.

Palavras-chave: Cidadania. Representações sociais. Educação para cidadania.

Abstract

We observed social representations of citizenship focusing on its role in education. The participants were 321 people linked to one public university. We asked what it is citizenship like, political/party preference, type of link with the university and place of dwelling. Three sets of themes emerged: subject-citizen, action-of-the-citizen, and goal-oriented-citizen's action. The subject-citizen was less represented as a civil and organized entity (trade union/social movement), party institution or individual. The more frequently mentioned actions-of-the-citizen were *participate, to fulfill duties/to control, interaction between individual and society*. The more observed themes about goal-oriented-citizen's-action were *rights and duties, right to an egalitarian society, freedom/social recognition, right to education, right to health*. The results were discussed drawing upon a socio-historical perspective.

Key-words: Citizenship. Social representations. Citizenship education.

1 Doutor em Psicologia Social. Professor e pesquisador em Psicologia da Educação e Psicologia Social na UFRJ. Programa de Pós-graduação em Psicologia - Instituto de Psicologia - UFRJ. Av. Pasteur, 250 Campus da Praia Vermelha - URCA. Cep 22.290-240. E-mail: <edsouzafilho@gmail.com>.

2 Doutora em Psicologia. Professora e pesquisadora da UFRJ na área de Psicologia Clínica. E-mail: <nandainsfran79@gmail.com>.

3 Mestre em Psicologia - UFRJ. E-mail: <apm8@ig.com.br>.

4 Mestre em Educação. E-mail: <daiserosas@yahoo.com.br >

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 20	n. 42	p. 37-47	jan./abr. 2011
----------------	--------	-------	-------	----------	----------------

Introdução

A questão da cidadania tornou-se um assunto crucial para o campo da Educação a partir do momento em que as formulações teóricas de várias áreas de conhecimento acadêmico difundidas nesse âmbito passaram a entrar em choque com os conhecimentos e práticas sociais existentes na sociedade, gerando necessidade de envolvimento de professores e alunos em atividades civis e movimentos sociais. Nesse sentido, o ambiente escolar pode ser considerado um ponto de intersecção entre os vários participantes mencionados, gerando dúvidas, perguntas e respostas, implicando em ampliação de problemáticas e emergência de novos protagonistas (BRAYNER, 2001).

Alguns autores questionaram as possibilidades de uma *educação para cidadania* (RIBEIRO, 2002). Contudo, é certo que os educadores podem oferecer informações que permitam aperfeiçoar o exercício da cidadania, assim como o espaço escolar pode tornar-se um verdadeiro *laboratório* de ideias e práticas, que prefiguram novos instrumentos e ações cidadãs no âmbito da sociedade. Acreditamos que o senso comum, ao reelaborar os conceitos formais a respeito da cidadania e suas práticas, poderá dinamizar a vida política brasileira. Para tanto, seria preciso fundamentar mais esse fenômeno a partir de uma pesquisa exploratória a respeito do que os diferentes segmentos de uma universidade, professores, alunos e funcionários, pensam a respeito de cidadania.

Desde as revoluções republicanas ocorridas na América do Norte e França, ideias/práticas em torno da cidadania têm sido utilizadas em várias partes do mundo (ARENDRT, 1963; 2004; MATTEUCCI, 1993; CABRAL, 2003). No Brasil, desde o fim do regime militar a cidadania voltou a expressar, entre muitos brasileiros, aspirações e projetos de natureza ética e política. Sabemos que existem doutrinas e práticas diversas em torno da cidadania no mundo. Contudo, não podemos afirmar que tenha havido consolidação de um modelo específico no país, tendo em vista que a democracia, em termos de uma sociedade onde se vive em plena igualdade e liberdade, está longe de ter sido realizada. Supomos que a Psicologia Social possa oferecer alguns parâmetros para fundamentar a consolidação da cidadania através de investigações sistemáticas, segundo algumas dimensões teóricas e práticas. Nesse sentido, uma das dimensões mais importantes para a consolidação da democracia é o próprio cidadão como sujeito, que pensa e se autodefine diante de uma condição sócio-histórica. Em seguida, como desdobramento da primeira dimensão, a práxis do cidadão, enquanto sujeito que transforma a realidade social, segundo seu pensamento e ação. Historicamente, as ideias/práticas da cidadania foram, por assim dizer, importadas e implantadas, de cima para baixo, por parte de grupos sociais mais poderosos da sociedade brasileira ao longo da sua vida republicana. Este fato acarretou em certo estranhamento/distanciamento entre o cidadão e o espaço político. Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi observar, sistematicamente,

representações sociais da cidadania entre diferentes grupos sociais, em termos políticos e locais de moradia, que têm correspondências com estratos sócio-econômicos.

A abordagem das representações sociais foi formalizada, inicialmente, por Moscovici (1978), para dar conta de um fenômeno de senso comum, sobretudo em situação histórica moderna e urbana em que saberes acadêmicos, como a Psicanálise, são apropriados e transformados por indivíduos/grupos leigos. Segundo a formalização teórica realizada pelo mesmo autor, o fenômeno ocorreria na interação entre sujeitos e objetos, considerados a partir de uma epistemologia genética em que um influencia o outro. Para o mesmo autor, a formação de representações sociais se daria, entre os leigos, a partir de dois processos interligados: objetivação e ancoragem. Ou seja, tendo em vista que o modo de conhecer leigo, historicamente, está mais voltado para os aspectos concretos do objeto, existe uma tendência de considerar fatos como sendo *naturais*, fixados em imagens, que se formam a partir de seleção e deslocamento de dimensões originalmente localizadas no objeto de representação para aqueles mais próximos/familiares ao sujeito. Simultaneamente, a ancoragem diz respeito aos aspectos informativos, conotativos e práticos das representações sociais. Trata-se de significar a realidade de modo dinâmico e aberto, de fazer com que o objeto de representação seja utilizado para fins sociais. Assim, a Psicanálise, que era considerada entre alguns na França como sendo fruto/uso de sujeitos mais ou menos poderosos na sociedade, acarretou em conflitos/negociações intergrupais entre usuários e não usuários da prática psicanalítica, em campanhas favoráveis/desfavoráveis à mesma.

No caso da cidadania, boa parte da prática do cidadão em construção, desde o início da modernidade, tem sido mediada por políticos profissionais e/ou personagens de grupos mais ou menos poderosos da sociedade, a respeito dos quais tem ocorrido uma perda de confiança com desgaste de expectativas de ação política na sociedade (MOISÉS, 2005, 2005), o que tem implicado em bloqueios/incomunicabilidades na interação, tanto com políticos, quanto com outros cidadãos, levando a certa imobilização política individual/grupal ou, mesmo, impedindo a emergência de iniciativas mais consistentes de exercício da cidadania. Parte da consolidação da democracia reside no modo de representação do cidadão no espaço público, especialmente nos seus aspectos éticos e políticos (GOULART, 1993; NUNES, 2004). Em seguida, poderíamos considerar como relevante sua própria ação política em geral, que incluiria a constituição de regras/práticas, bem como sua avaliação e transformação.

No caso das *representações do eu* (individual, interpessoal e coletiva) dos cidadãos da sociedade brasileira, haveria forte concentração representacional em categorias coletivas genéricas, com pouca presença mental/prática de entidades civis, como movimentos/partidos, assim como menor presença ainda de *representações do eu* de cidadãos como indivíduos, considerados como atributos de sujeitos dos meios sociais superiores. Em termos de ação, por sua vez, haveria uma divisão social importante,

que está relacionada à representação do sujeito-cidadão, assim como a uma ética da vida social. Ou seja, quanto *menos* o sujeito se representa como indivíduo/grupo autônomo, diferenciado e desfrutando de um espaço próprio, *menos* ele se representa agindo na sociedade, acarretando em certo imobilismo político em segmentos com menos recursos em geral. Enfim, a falta de explicitação de um modelo próprio do que seja ação/prática de cidadania levaria os sujeitos-cidadãos, sobretudo dos meios populares e alguns setores de classe média, a idealizar suas metas/aspirações. No âmbito da vida política, acreditamos haver poucas diferenciações dos conteúdos estudados da cidadania, segundo a orientação partidária. A principal razão desse fenômeno estaria relacionada a pouca presença de autorrepresentações de cidadãos comuns como indivíduos/grupos ativos na sociedade, havendo tendência de idealizar personagens/entidades imaginários.

Método

Participantes

Foram 321 participantes inseridos na Universidade de Brasília como estudantes, funcionários e professores. Eles eram de ambos os sexos, distribuídos segundo local de moradia em áreas da cidade: local 1 (Taguatinga, Samambaia, Gama, Unai, Ceilândia, Planaltina, Brazilândia, Valparaíso, Paranoá) (n=62); local 2 (Guará I e II, Cruzeiro Velho e Novo, Núcleo Bandeirante, Sobradinho) (n=74); local 3 (Plano Piloto, Colina, Octogonal, Sudoeste, SMU) (n=144); e, local 4 (Lago Sul/Norte, Park Way) (n=41). Ademais, os participantes foram distribuídos segundo a preferência política assim organizada: Esquerda (PT, PCB, PC do B, PT-PPS, PT-PS do B, PT-PSTU, PSB) (n=118); Centro (PDT/PT, PSDB/PT, PDT, PMDB, PSDB, PRONA) (n=28); Direita (PSDB-PFL, PFL) (n=15); e Sem Partido (Votar nulo, Sem opção, Nenhum, Sem preferência, Nenhum de esquerda, voto em homem, Não sei) (n=160).

Instrumento e procedimento

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário com perguntas abertas sobre o que é cidadania, entre outras. O procedimento de coleta consistiu em mobilizar a comunidade acadêmica da Universidade por meio de um cartaz intitulado *Cidadania na Universidade*, fixado em uma de suas entradas principais, onde os questionários foram distribuídos, respondidos e depositados em uma urna.

Análise de dados

Os dados foram analisados em seus conteúdos temáticos como se segue: Quem é o sujeito/cidadão? *Indivíduo/pessoa*; *Sociedade* (especificação ausente, indeterminada ou muito genérica; personagens reunidos numa categoria comum ou subsumidos por entidade superior): trabalhadores, brasileiros (nós), povo, sociedade, país, jovem, homens, ser cidadão, cidadão, caras, ser social; *Indivíduo/pessoa e sociedade*; *Estado*. Como exercer a cidadania? *Participar* (integrar, exercer papéis sociais, inserir na sociedade); *Cumprir deveres/controlar*; *Interação indivíduo e sociedade*; *Interação indivíduo e Estado*; *Lutar/brigar* (defender/discutir/expressar/conquistar novos direitos); *Votar*. O que obter com o exercício da cidadania? *Direitos e deveres*; *Direito à sociedade igualitária* (sem exploração do homem pelo homem, utopia, construir imaginário, conscientizar o ser social, ajudar alguém, não ao interesse individual, construir um país melhor, forma superior de cidadania, pessoa que se reconhece na pátria, reconhecer-se na presença da nação); *Direito à liberdade/reconhecimento social* (falta de confiança, tratado como bicho-pobre, respeito, direito de ser livre, ter opinião própria); *Direito à educação*; *Direito à saúde*; *Direito à condição material favorável*; *Direito à segurança*.

Resultados

O modo de representar o sujeito-cidadão apresentou a seguinte distribuição segundo o local de moradia (Tabela 1): local 1, *indivíduo e sociedade, Estado*; local 2 e 3, *indivíduo*; local 4, *sociedade*.

Tabela 1 - Temas usados para representar o sujeito-cidadão, segundo local de moradia

	Local 1%	local 2 %	local 3 %	local 4 %
indivíduo	12,3	24,1	24,6	15,6
sociedade	59,2	62,6	59,1	72,5
indivíduo e sociedade	8,6	4,3	2,0	3,9
Estado	19,7	8,7	14,1	7,8

x (local de moradia)= 17,595; gl=9; p<0,00402

As formas de ação-cidadã (Tabela 2) segundo o local foram as seguintes: locais 1, 2 e 3 *participar e interação indivíduo e sociedade*; locais 2 e 4, *cumprir deveres/ controlar e lutar/brigar*; locais 1, 3 e 4, *interação indivíduo e Estado*.

Tabela 2 - Temas usados para representar ação-cidadã, segundo local de moradia

	Local 1%	local 2%	local 3%	local 4%
participar	50,0	46,2	46,9	33,3
cumprir deveres / controlar	16,6	27,7	21,7	28,2
interação indivíduo e sociedade	11,9	9,2	11,3	7,6
interação indivíduo e Estado	11,9	0	10,0	10,2
lutar/ brigar	9,5	14,8	8,6	15,3
votar	0	1,8	2,6	5,1

Quanto à ação visando metas, segundo local de moradia, houve a seguinte diferenciação: local 1, *direito à sociedade igualitária*; local 2, *direito à reconhecimento/ liberdade e direito à educação*; local 4, *direitos e deveres*. Já os sujeitos-cidadãos da maioria das preferências políticas mencionaram mais *sociedade*, (Tabela 3), mas os de Centro e Direita manifestaram-se mais a respeito do *indivíduo*, e os de Esquerda e Sem partido sobre *Estado*.

Tabela 3 - Temas sobre sujeito-cidadão, segundo preferência política/partidária

	Esquerda %	Centro %	Direita %	Sem partido %
Indivíduo	19,0	27,5	25,0	21,3
sociedade	64,2	62,0	68,7	58,7
Indivíduo e sociedade	3,5	0	6,2	4,9
Estado	13,0	10,3	0	14,9

A ação-cidadã (Tabela 4) indicou destaque para Esquerda em *interação indivíduo e sociedade*; Esquerda e Sem Partido em *lutar/brigar*; Centro e Direita em *participar*; Centro, Direita e Sem Partido em *interação indivíduo e Estado*.

Tabela 4: Temas sobre ação-cidadã, segundo preferência política/partidária

	Esquerda %	Centro %	Direita %	Sem partido %
Participar	43,6	53,3	62,5	43,1
Cum. Dev./contr	22,7	26,6	25,0	22,5
Lutar/ brigar	12,7	0	0	13,7
Inter. Ind. e Soc.	14,5	6,6	0	7,8
Inter. Ind. e Est.	3,6	10,0	12,5	10,7
Votar	2,7	3,3	0	1,9

χ^2 (esquerda, centro e sem partido)=25,854; gl=12; p<0,0113

A preferência política indicou diferenciação em termos de ação visando metas: os de Esquerda e Sem partido, *direitos e deveres* e *direito à sociedade igualitária*; Centro, *reconhecimento/liberdade*, *direito à saúde* e *direito à educação*.

Discussão

Sabemos que o assunto cidadania tem sido muito difundido em toda sociedade, como possibilidade de constituição de sujeitos sociais e políticos, assim como instrumento de ação em várias esferas da vida social. Para tanto, tornou-se necessário considerar, segundo algumas variáveis demográficas importantes, o modo mais espontâneo e autêntico de nomear, avaliar e viver o assunto por parte de indivíduos/grupos comuns. Ou seja, diante da recente história de redemocratização da sociedade brasileira, podemos dizer que existem representações sociais sobre a cidadania segundo o local de moradia e preferência política. Mas essas construções psicossociais se dão de modo ainda algo fragmentado ou indiferenciado. Assim, os locais de moradia refletiriam mais o modo de representar o sujeito-cidadão, enquanto as preferências políticas indicariam mais o modo de ação cidadã. Enfim, as ações visando metas mostrariam mais aproximação entre os grupos analisados.

A formulação teórica principal do fenômeno das representações sociais (MOSCOVICI, 1978) afirma que elas são construídas a partir de critérios dos próprios indivíduos/grupos, segundo suas condições de produção. A cidadania seria um assunto/objeto mais representado/vivenciado segundo aspectos sócio-

econômicos do cidadão - refletidos nos locais de moradia urbano - do que por práxis política, indicando um menor envolvimento informativo e prático com o assunto entre os mesmos. Contudo, foi possível constatar a associação entre representações do eu e formas de ação para representar/exercer a cidadania, sugerindo que os grupos disputam entre si através de uma política não apenas de representações do eu, mas também de representação a respeito dos demais sujeitos relevantes, com implicações práticas, merecendo mais reflexões.

Em primeiro lugar, chamou-nos a atenção a menor ênfase no Estado-nação (LE PORS, 2004) em benefício de uma sociedade civil relativamente indiferenciada. Assim, dos 321 questionários praticamente nenhum mencionou partido e/ou movimento social, indicando que muito precisa ser feito para aperfeiçoar ética e politicamente a sociedade brasileira. Trata-se de certa dúvida/reticência a respeito da efetividade dessas instâncias/organizações sociais sobre o Estado (DURAND PONTE, 2006), o qual se pautaria segundo princípios alheios aos que estariam sendo forjados na sociedade, cabendo mais pesquisas. Ou melhor, a menção dos partidos legais e organizados preferidos através de siglas partidárias não refletiria um envolvimento psicossocial relevante com os mesmos para a maioria dos participantes, o que parece ter sido reforçado pelo fato de que cerca de 50% deles não terem mencionado preferência por nenhum partido dos existentes.

Nesse sentido, a representação do eu civil da maioria como integrante de um grande coletivo, em praticamente todas as dimensões observadas, indica uma falta de expectativa tanto em relação à chamada sociedade civil organizada, quanto ao Estado propriamente dito. Nesse quadro, os que preferiram o Centro e Direita tenderam a enfatizar relativamente mais ação cidadã e ação cidadã visando metas (junto com local 2), respectivamente, em geral para a obtenção de itens mais concretos e imediatos. Aqui é bom salientar que a representação do eu como indivíduo/pessoa, sobretudo entre os de Centro e Direita, esteve mais associada à ação mais específica, pelo menos entre os primeiros, inclusive junto ao Estado. É possível que o aumento da escolarização e melhoria das condições de vida a médio ou longo prazo permitam a emergência de uma ação cidadã para além da mera *participação* (TEIXEIRA, 1997). Em termos de ação cidadã como meta, observamos entre os do local 1 e 4, mais referências sobre sociedade igualitária, indicando haver, em camadas sócio-econômicas extremas da sociedade, presentes no ambiente observado, uma busca de reformas sociais.

Algo que precisa ser comentado é que os que preferiram a Esquerda tenderam a não mencionar indivíduo/pessoa numa ação política civil direta no âmbito do Estado. Tratar-se-ia de um desafio para a Esquerda conseguir

tornar-se a mediadora principal entre a sociedade, considerada como sujeito-cidadão, e o Estado. Como os de Esquerda também mencionaram menos indivíduo como sujeito-cidadão, é como se o preferissem *dentro* de um coletivo, inserido em entidade social ou, simplesmente, na sociedade, mobilizado através de palavras de ordem como lutar/brigar. Nesse sentido, os Sem Partido se aproximaram muito à Esquerda quanto à expectativa estatal face à sociedade menos diferenciada, sugerindo que parte dessa expectativa seria sustentada politicamente com o apoio do tipo voto ou simpatia, sem expectativas reais de ação política do partido, tendo preferido autodefinir-se como *Sem Partido*. Portanto, acreditamos existir certa adesão à idéia/prática de construção de uma entidade Estado-nação acima de todos, como um deus oculto, que representaria a sociedade, porém conduzida por políticos/intelectuais das camadas superiores da sociedade (cumprir deveres/controlar), praticamente sem a mediação de indivíduos/grupos autônomos, diferenciados. Tal idealização seria resultado de séculos de expectativas de ação de líderes, condutores da sociedade em um país sem democracia consolidada. Tendo em vista as representações sociais da cidadania observadas, a vida civil brasileira mostra sinais de ter muitos imponderáveis, *bolhas* de instabilidade, a serem mais conhecidos.

Enfim, a pergunta que cabe em função dos dados discutidos é saber o que e como uma Educação para a cidadania precisa fazer. Trata-se de um grande desafio, visto que seria preciso antes de tudo quebrar expectativas negativas em relação ao indivíduo comum, que deve ser encarado pelos educadores como alguém que pode assumir a qualquer hora o comando das organizações sociais, inclusive a escolar, em nome de si mesmo e/ou do seu grupo, escolar ou fora dele. Em seguida, a instrumentação para a cidadania deve buscar informações a respeito, tanto dos aspectos conceituais da vida política quanto práticos, sobretudo a respeito das novas formas de participação (VIEIRA, 2001; MILANI, 2006; CIAVATTA, 2006), que estão emergindo algumas vezes mais eficazes para a ação social no espaço público e fora dele - o que implica em testar e avaliar constantemente os instrumentos de exercício da cidadania existentes e a serem criados.

Referências

- ARENDDT, H. **Sobre la revolución**. Madri: Alianza Editorial, 1963/2004.
- BRAYNER, F. Da criança-cidadã ao fim da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 76, out. 2001.
- CABRAL, M. V. O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 31-60, fev. 2003.
- CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1-13, 2006.
- DURAND PONTE, V. M. Confianza y eficacia ciudadana en una sociedad con alta desigualdad. **Opin. Pública**, Campinas, v. 12, n. 12, 277-296, nov. 2006.
- GOULART, A. A. Representações sociais, ação política e cidadania. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 477-486, 1993.
- LE PORS, A. **La citoyenneté**. Paris: P.U.F., 2004.
- MATTEUCCI, M. República. In: BOBBIO, N. MATEUCCI; PASQUINO, G. (Org.) **Dicionário de política**. Brasília, DF: EdUnB, 1993.
- MILANI, C. R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 180-214, 2006.
- MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo n. 65, p. 71-94, 2005.
- MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, 1-17, 2005.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NUNES, M. V. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentação (1998-2000). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 22, p. 59-76, jun. 2004.
- RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

TEIXEIRA, E.C. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 27/27, 179-209, jan./dez. 1997.

VIEIRA, E. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 9-29, nov. 2001.

Recebimento em: 05/01/2010.
Aceite em: 05/05/2010.